

CONV 217/02

WG III 10

**NOTA**

---

de:	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho sobre a Personalidade Jurídica
Assunto:	<b>Síntese da reunião de 18 de Julho de 2002</b>

---

1. Com base na ordem de trabalhos, o Presidente propôs o desenrolar da reunião em duas partes: uma primeira parte sobre as consequências da atribuição de personalidade jurídica à União e uma segunda parte sobre a personalidade jurídica única e a simplificação dos Tratados.

**Consequências da atribuição explícita de personalidade jurídica à União**

2. A troca de opiniões realizou-se com base num anteprojecto de relatório apresentado pelo Presidente (SN 3130/02).
3. O Grupo de Trabalho considerou que o anteprojecto de relatório reflectia fielmente as posições geralmente manifestadas pelos seus membros e que podia constituir a base do relatório final do Grupo. A este respeito, o Presidente escolheu **5 de Setembro de 2002** como data para os membros do Grupo entregarem as eventuais alterações ou aditamentos ao anteprojecto de relatório (as propostas de alteração podem dizer respeito nomeadamente às partes do texto que se encontram em itálico). Foi decidido que na próxima reunião (11 de Setembro de 2002) o Secretariado transmita ao Grupo as alterações propostas pelos membros e que o Presidente apresente um projecto de relatório que tenha em devida conta as alterações propostas.

4. Foi admitido por unanimidade o reconhecimento explícito da personalidade jurídica da União, verificando-se um amplo consenso no interior da União (com uma excepção) quanto a uma personalidade jurídica única, que substitua a da Comunidade. Alguns membros do Grupo defenderam ainda a ideia de que a personalidade jurídica da União deve substituir também a da Euratom. O Grupo decidiu voltar mais tarde a esta questão, que ficou em aberto.
5. Em relação ao processo de negociação e de celebração de acordos internacionais, o Grupo considerou que seria correcto incluir uma única disposição no Tratado com base no art. 300.º do TCE (depois de alterado pelo Tratado de Nice), a que se acrescentaria o art. 24.º/38.º do TUE (eventualmente alterado). Considerou-se, além disso, que nesta única disposição se poderia encarar a hipótese de prever um processo específico para os acordos simultaneamente do âmbito do primeiro e do segundo e/ou terceiro pilares ("*cross-pillar mixed agreements*"), conforme o acordo seja principalmente da área do primeiro ou do segundo e/ou terceiro pilares. A este propósito, um dos membros do Grupo manifestou dúvidas sobre a expressão "de forma preponderante", incluída no anteprojecto de relatório, em especial quanto às dificuldades inerentes à sua aplicação. Neste contexto, alguns membros deram o seu acordo à sugestão, constante do documento, segundo a qual a Comissão poderia ser, em todos os casos, encarregada pelo Conselho de o representar (bem como aos Estados-Membros) nas negociações de acordos internacionais. Por outro lado, o Presidente referiu que o seu documento era omissivo quanto ao papel, neste contexto, do Alto Representante para a PESC, nomeadamente no que se refere ao seu direito de iniciativa e à condução das negociações de acordos internacionais e que conviria aprofundar este ponto.
6. Alguns membros do Grupo manifestaram-se contra a ideia, avançada no documento do Presidente, de suprimir a frase contida no art. 24.º do TUE, segundo a qual "*nenhum acordo vinculará um Estado-Membro cujo representante no Conselho declare que esse acordo deve obedecer às normas constitucionais do respectivo Estado*", tendo argumentado que

semelhante supressão implicaria que os Parlamentos nacionais não fossem associados à negociação nem à celebração dos acordos internacionais. Outros membros consideraram que essa supressão seria a consequência lógica da atribuição explícita de personalidade jurídica à União: se esta celebrar um acordo internacional, deixa de haver lugar para o processo de verificação da constitucionalidade ou de ratificação pelos Parlamentos nacionais, o que não significa que estes não sejam eventualmente informados pelos respectivos Governos da negociação do acordo em questão. Para estes membros do Grupo, seria conveniente passar a aplicar o regime previsto no n.º 7 do art. 300.º do TCE, segundo o qual os acordos celebrados pela Comunidade (agora União) vinculam as instituições e os Estados-Membros.

7. A este respeito, foi levantada a questão de saber qual era, na prática, o regime actual em direito comunitário e se havia acordos internacionais celebrados pela Comunidade que não vinculem todos os Estados-Membros. Foi pedido ao Secretariado que obtivesse um parecer jurídico sobre este ponto.
8. O Grupo de Trabalho aceitou, em princípio, a ideia de um controlo pelo Tribunal de Justiça dos acordos celebrados pela União nos termos propostos no documento do Presidente.
9. Do mesmo modo, o Grupo de Trabalho aceitou, em princípio, a sugestão de se prever a consulta ao Parlamento Europeu nos termos formulados no documento de referência. No entanto, alguns consideraram que se devia aplicar o procedimento de parecer favorável. Um membro considerou que não era certo que o Parlamento devesse sequer consultado no caso de acordos da esfera intergovernamental.
10. Quanto à representação da União no exterior, as conclusões apresentadas no documento foram, no plano geral, partilhadas pelos membros do Grupo. Em especial, foi de um modo geral reconhecido que a União devia encetar reformas no sentido de falar com uma única voz na negociação de acordos, na sua participação em organizações internacionais e na representação da União, através de gabinetes no exterior. Foi também salientado que, na medida do possível, a União deveria ser representada por uma única delegação.

### **Personalidade jurídica única e simplificação dos tratados**

11. Os membros do Grupo de Trabalho debruçaram-se seguidamente sobre o documento de trabalho SN 3131 (WG III – WD 6) relativo às implicações da personalidade jurídica única da União sobre a simplificação dos Tratados. Na sua apresentação, o Presidente argumenta que a distinção entre os dois principais Tratados (o TUE e o TCE) deixaria de ter razão de ser caso a União e a Comunidade se fundissem. O documento de trabalho expõe diversas opções quanto à forma do produto final da Convenção, conforme se decida ou não fundir o TUE e o TCE.
12. O Grupo de Trabalho procedeu a uma primeira troca de opiniões sobre este assunto. Os seus membros mostraram-se satisfeitos pelo modo como foram apresentadas as diversas opções. A grande maioria pronunciou-se a favor da opção 1b), do documento de trabalho ou seja, a redacção de um novo tratado dividido em duas partes: a primeira parte compor-se-ia de disposições de natureza constitucional, novas ou provenientes dos actuais Tratados (tratado fundamental); a segunda parte fundiria e consolidaria todas as outras disposições em vigor do TUE e do TCE (as que não fossem retomadas no tratado fundamental). Diversos membros do Grupo referiram que, em qualquer das hipóteses, os actuais Tratados deveriam ser alterados e adaptados em função do novo tratado fundamental.
13. O Presidente concluiu que o debate deveria prosseguir na próxima reunião (11 de Setembro) e que, na ocasião, se poderia convidar um especialista para explicar as vantagens e inconvenientes das opções referidas no seu documento de trabalho.

---